

JORNAL DA TARDE

Os jornais, revistas, rádios e tevés do Brasil inteiro estão oferecendo espaços generosos ao confronto pais versus donos de escolas, das maternais às universidades, por causa de divergências sobre mensalidades ou semestralidades.

Por outro lado, observa-se uma luta de morte (que se desenvolve muito mais no bastidor do que na imprensa), no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte, entre privatizantes versus estatizantes, no que se refere à educação em geral.

Os estatizantes contam com as esquerdas ideológica e fisiológica; os privatizantes apóiam-se no lobby fantástico da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), defensora entusiasmada do ensino pago, e ainda na bancada evangélica e nos liberais e conservadores. Pode-se dizer que, em número, os privatizantes estão ganhando (ainda) dos seus antípodas.

Mas, a persistir a situação absurda que tem ocorrido nos últimos dias, quando donos de escola tentam aumentar suas mensalidades muito além do que é permitido ou

aconselhado pela Justiça ou pelos órgãos competentes da Secretaria da Educação, ou em casos mais lamentáveis, com a expulsão de 98 crianças da Escola Infantil e de 1º Grau Pequeno Mundo de Toledo, os grupos estatizantes — minoria, por enquanto — podem acabar por reverter a tendência.

Este ângulo me foi despertado por uma experiência dolorosamente pessoal: a expulsão de uma filha, de 4 anos, da Pequeno Mundo de Toledo. Qual foi a minha responsabilidade nessa verdadeira agressão psicológica a uma criança? Simplesmente apoiei um grupo de pais que não concordaram com um aumento absurdo de 192,2% da primeira semestralidade de 1987, em relação à segunda semestralidade de 1986.

O grupo tentou negociar com o sr. Baltazar Paprocki, dono da escola. Ele se negou. Aí o grupo, que teve acesso às planilhas de custo, ofereceu um aumento de 126%. O sr. Paprocki recebeu o dinheiro, mas deixou claro que não abriria mão do seu aumento.

Não abre mão? Tudo bem. Vai à Justiça ou ao fórum competente. E o que este decidir será feito. E assim os pais se tranquilizaram. Alguns até se ofereceram para ir, eles

O Heródes do id e a estatização do ensino

Fernando Portela

e o dono da escola, juntos à Justiça. O sr. Paprocki também não concordou. Ele quer entrar sozinho, imaginaram os pais. E no dia 22 do mês passado recebemos telegramas do sr. Paprocki: as matrículas estão canceladas.

Quem lê jornal, revista; ouve rádio e vê televisão já conhece essa história. Ela ganhou espaço sobretudo pelo excesso de violência e de autoritarismo que a reveste.

São Paulo, todos nós sabemos, não é a cidade ideal para crianças. O espaço é difícil, os parques raros, a vida atribulada, a violência crescendo. Uma criança paulista de classe média, e mesmo rica, é confinada a playgrounds e piscinas, uma ou outra escapada a locais onde, às vezes, as multidões se comprimem; e, em especial, à escola. Na escola começa a exercitar a sua criatividade e o seu amor. É apresentada ao mundo. Ganhá parceiros para as trocas afetivas. Mira-se no outro. Realiza-se. Começa a estruturar a personalidade.

E, de repente, sem possibilidade de explicações, um corte brusco na essência da vida. Tudo porque um dono de escola des-

preza a Justiça. Educação, para ele, é um investimento de risco. Se não tiver o seu lucro, por absurdo que seja, fecha o botiquim.

Qualquer um pode chegar a São Paulo, com uma boa poupança no bolso, e abrir uma escola. Qualquer um: o rei Herodes, o Lobo Mau, a Bruxa de Branca de Neve. Basta que se associe a um pedagogo de plantão. E, na pré-escola, o preço é liberado. Ou melhor: fala-se em "livre negociação". O sr. Baltazar Paprocki — o Herodes do Id — é mais um desses comerciantes sem escrúpulos.

Dessas 98 crianças, algumas entraram em depressão; não param de chorar, obrigadas a refazer suas vivências essenciais. Outras agredem os pais, confusas, já que não têm a quem culpar. Um verdadeiro massacre psicológico. Quem viveu a experiência, como pai, entende perfeitamente tudo isso.

O senador Odacir Soares (PFL-RO), dono de duas faculdades, assumiu a tribuna da Assembléia Nacional Constituinte e indignou-se com esse caso. Disse:

"O Ministério da Educação tem todas as

condições para intervir nessa escola (a Pequeno Mundo de Toledo) e resguardar o direito de todas as crianças, não somente as expulsas, dando um exemplo de justiça. Que o faça, urgentemente, para que possamos nos orgulhar, todos nós, brasileiros, de vivermos realmente num Estado de Direito, como homens livres e civilizados."

Por que um político liberal, dono de escola, critica com tanta veemência um "colega" seu? Não deveria ser o contrário?

É que o senador comprehendeu que violências desse tipo só ajudam aos defensores do ensino estatal. Quem, na verdade, deveria pedir uma intervenção na Pequeno Mundo de Toledo não deveria ser o senado, ou os pais, mas o próprio Sindicato das Escolas Particulares, a CNBB e a bancada evangélica da Constituinte. Todos, enfim, que preferem a opção do ensino privatizado.

Entre os pais perplexos com a expulsão dos seus filhos da Pequeno Mundo de Toledo, cansei de ouvir comentários do tipo: "Desse jeito, é melhor que estatizem todo o ensino de uma vez".

E quem vai convencê-los do contrário?